

CONHECIMENTO E INTERESSE: FATORES QUE INFLUENCIAM A ESCOLHA DOS OBJETOS DE PESQUISA NO CAMPO ACADÊMICO DA PESQUISA SOBRE POLÍTICA EDUCACIONAL

SANTOS, Ana Lúcia Felix dos – UFPE

GT-05: Estado e Política Educacional

Entendendo o discurso como prática social, este trabalho analisa a produção do conhecimento desenvolvida no campo acadêmico da política educacional, tendo como campo empírico as linhas de pesquisa sobre política educacional desenvolvidas dentro dos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGEs) do Nordeste do Brasil, especificamente aqueles que possuem mestrado e doutorado. O *corpus* efetivo para análise se constituiu do resultado de entrevistas realizadas com quatorze pesquisadores das diversas linhas citadas. Analiticamente, articulamos a teoria dos campos de Bourdieu à análise de discurso textualmente orientada (ADTO) desenvolvida por Fairclough (2001) e, tomando como norte a relação entre conhecimento e interesse, enquanto par dialético que constitui e é inseparável na produção de conhecimento, buscamos encontrar nos discursos as marcas constitutivas e representativas da prática social que aqui é foco do nosso interesse. Essas marcas são tratadas como fatores de influência que incidem sobre as escolhas dos objetos de estudo, ou seja, são fatores que contribuem e até determinam a relação entre conhecimento e interesse que marca a produção do conhecimento.

Nesse processo de análise trabalhamos com o conceito de campo científico de Bourdieu e lembramos que esse autor debate a relação conhecimento e interesse nesse campo, afirmando que no mesmo não há conhecimento desinteressado. A noção de interesse se coloca para Bourdieu (2005) como um instrumento de ruptura com uma visão encantada e mistificadora das condutas humanas. No campo da sociologia trabalhar com essa noção significa compreender que há uma razão para os agentes fazerem o que fazem. Este autor, utilizando a metáfora do jogo, explica que esta noção nos remete ao envolvimento prático do sujeito nesse jogo, ter interesse por determinado jogo significa estar no jogo, estar envolvido no jogo, levar o jogo a sério. “*Interesse* é ‘estar em’, participar, admitir, portanto, que o jogo merece ser jogado e que os alvos engendrados no e pelo fato de jogar merecem ser perseguidos; é reconhecer o jogo e reconhecer os alvos”. (BOURDIEU, 2005,

p. 139).

Aceitando essa metáfora do jogo, dizemos que os pesquisadores entram no jogo da produção do conhecimento porque concordam que vale a pena lutar pelas coisas que estão em jogo nesse campo, e mais, que eles aceitam as regras (mesmo que tenham propensão para mudá-las). Esse jogo é constituído por práticas científicas que são permeadas por interesses orientados para a aquisição da autoridade científica (prestígio e reconhecimento) e não apenas por interesses cognoscitivos ou ideológicos, como pregavam os positivistas. É nesse âmbito que se incluem e se revestem de sentido os fatores que influenciam a escolha pelos temas/objetos de estudo no campo acadêmico da pesquisa em política educacional.

Interligadamente, Bourdieu (2004) vai nos explicar como nascem os problemas de pesquisa estabelecendo uma relação com a ordem social vigente. Para ele, “cada sociedade, em cada momento, elabora um corpo de *problemas sociais* tidos por legítimos, dignos de serem discutidos, públicos, por vezes oficializados e, de certo modo, *garantidos pelo Estado*¹”. Em todos os casos, descobrir-se-á que o problema foi *socialmente produzido*, num trabalho coletivo de construção da realidade social e por meio desse trabalho; e foi preciso um movimento (reuniões, comissões, publicações,...) para que aquilo que era privado se tornasse num “*problema social*, num problema público, que se pode falar publicamente ou mesmo num problema oficial, objeto de tomadas de posições oficiais, e até mesmo leis ou decretos” (pp. 35 e 37).

No entanto, é necessário ressaltar que não é qualquer problema social que se transmutará em objeto de pesquisa e que será foco do interesse do pesquisador. O pesquisador colocará a funcionar sua percepção e sua capacidade de apreciação das chances de se obter lucro com tal investida. Isto é, a imposição de problemáticas para o pesquisador torna-se mais provável quando os problemas sociais são aqueles que têm maior garantia de receberem *grants*², materiais simbólicos, de serem *bem vistos* pelos administradores científicos. (BOURDIEU, 2004)

¹Grifos do autor.

² Expressão utilizada por Bourdieu que traduzida pode significar *ganhos, subsídios, privilégios*. (BUENO,

Ao debatermos o campo acadêmico da política educacional, é certo afirmarmos que a dinâmica que o envolve não foge a esta regra. Pudemos apreender que, de uma forma geral, os interesses são contingenciais, contingências que podem surgir a partir das práticas sociais em que cada agente/sujeito está inserido e que já supõe um *habitus* incorporado. A escolha por um tema de pesquisa, o surgimento de um interesse, também está marcado por circunstâncias diversas, todas elas ligadas ao ambiente profissional e acadêmico e às possibilidades de maior inserção e reconhecimento dentro do campo. É certo que há uma interligação de fatores que vai incidir sobre as escolhas, talvez nunca ocorra o caso de um só fator ser responsável por um interesse de pesquisa, tal a complexidade que envolve esse campo, mas tentaremos debater esses fatores separadamente mesmo que apenas como uma tentativa didática de “por ordem no discurso”.

1. Os programas e projetos educacionais como foco principal dos interesses

Na medida em que estamos trabalhando com a pesquisa sobre política educacional, campo que é alimentado e que ao mesmo tempo influencia a própria política em ação, podemos citar MULLER e SUREL (2002), que discutem o conceito de política pública considerando-a, ao mesmo tempo, como um construto social e um construto de pesquisa, ou seja, os contornos de uma política “são sempre suscetíveis de serem postos em questão, através de um processo constante de redefinição da estrutura, e portanto, dos limites dos campos políticos” (p. 13). É essa dinâmica que está na base da existência do campo acadêmico que estamos investigando: a política em ação alimenta o campo científico e os resultados advindos das pesquisas alimentam o campo político.

Não é demais lembrar que este campo está marcado por escolhas, ordenações, seleções e demais atos que configuram a existência e as formas de organização de um campo de pesquisa e, direta ou indiretamente, trazem as marcas das relações de força e de poder próprias desse espaço. Aqui ressaltamos que há uma forte influência dos condicionantes advindos da própria política educacional, ou seja, da ação do Estado. Os programas e

projetos educacionais são uma das formas de materialização da ação do Estado no campo da educação, e esses projetos e programas vão fazer emergir objetos que vão dar vida aos estudos nesse campo. (AZEVEDO E AGUIAR, 2001a).

Mas essa constatação não é suficiente para entender as ressignificações, os movimentos de conciliação e conflito que estão na base da formação e legitimação de um campo acadêmico que constitui uma prática social que se expressa através de um discurso legítimo. Observamos que a entrada no próprio campo de estudo sobre a política às vezes acontece por uma aproximação com um dos programas governamentais como podemos apreender das falas de um dos nossos entrevistados.

Como é que se dá a minha guinada para a política pública para a educação? A partir dos seminários de implantação do FUNDEF em 1997. Em 97 (...), nós participamos dos diversos seminários de formação para divulgar no NE essa nova política do FUNDEF e logo de imediato eu também entrei para o doutorado e meu tema de estudo foi precisamente os conselhos de acompanhamento e controle do FUNDEF.(Entrevista 13)

Esse sujeito inicia sua carreira de pesquisador a partir do momento em que passa a integrar o corpo docente de uma universidade pública e essa sua integração o leva a aproximar-se de um grupo de estudos que é convidado pelo órgão governamental competente a divulgar esse programa de financiamento da educação pública. Dessa aproximação, origina-se o interesse por um estudo mais preciso e mais abrangente desse programa, o que leva o sujeito a transformar o programa em um objeto de estudo. Ou seja, uma prática social gera a possibilidade do surgimento de uma nova prática discursiva que será, por sua vez, engendrada por e geradora de discursos.

No que diz respeito à relação entre conhecimento e interesse, algumas inferências podem ser feitas sobre essa escolha. Naquele momento, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) era uma medida nova, tanto que o governo solicita ajuda da universidade para divulgação dessa política no NE. Um programa novo e da amplitude que comportou se constitui justamente num objeto promissor, com chances de trazer lucro garantido para quem se propusesse a

investir numa pesquisa sobre o mesmo. E assim, articulado a interesses subjetivos, dada à história de vida do entrevistado que se encanta pela educação (ele não foi graduado na área de educação), há a percepção prospectiva do pesquisador que vê nesse objeto a possibilidade de um investimento promissor. O que de fato vai acontecer, já que o sujeito em tela escreve sua tese de doutoramento sobre o assunto e continua, na condição de doutor pesquisador, a investigar o assunto e a publicar sobre o mesmo, ganhando assim, reconhecimento do seu trabalho, tanto dentro da universidade quanto no campo da pesquisa, haja vista os trabalhos publicados e sua inserção em eventos nacionais e regionais.

2 Circunstâncias ou contingências? Fatores que incidem sobre os interesses

Contingências e circunstâncias que vão incidir sobre a escolha por um tema de estudo estão ligadas a diversos fatores que vão possibilitar o domínio do discurso por parte dos pesquisadores que fazem parte do campo. Afinal, estar no jogo é desejar estar nele, é dominar as regras e mostrar esse domínio. Mostrar que domina o jogo no campo da pesquisa é obter o reconhecimento dos pares-concorrentes, e esse reconhecimento é sinônimo de poder, poder que está ligado ao domínio que se tem sobre um discurso, ou seja, à possibilidade de produzir e distribuir um discurso. Dominar e ter poder sobre o discurso é o que, no final das contas, se busca nesse jogo, como nos diz Foucault (2006), o discurso não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo, é também aquilo que é o objeto do desejo; e visto que o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que e pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.

Nesse caminho, a escolha por determinado objeto 'rentável' é marcada por fatores diversos, que fazem parte da prática social em que os pesquisadores estão inseridos, mas que nem sempre estão disponíveis para os que lá se encontram. Alguns fatores podem estar ligados à oportunidade de financiamento, possibilidade de ocupação de um cargo de destaque, motivação profissional, demandas externas para a universidade, mas também há fatores relacionados à inclinação pessoal por história extra-acadêmica e diferentes circunstâncias

sócio-históricas, assim como também há a influência de outros pesquisadores, geralmente mais experientes (muitas vezes algum professor).

E o que me traz recentemente de novo [ao estudo sobre política educacional] são as circunstâncias, a questão de que o reitor me chamou para coordenar um grande projeto...(Entrevista 11)

Aqui vemos uma articulação de fatores: a decisão de outros e a possibilidade de coordenar projetos prontos. Como vemos, o “outro” em questão não é qualquer um, mas alguém que já possui um reconhecimento, que não necessariamente podemos afirmar que esse reconhecimento repouse no campo do discurso científico, mas que, com certeza, está ligado ao campo político, ou seja, é alguém com um claro capital social e político. Assim, ser convidado por um sujeito desse porte significa reconhecimento e possibilidade de domínio de um discurso ou de uma prática discursiva. A possibilidade de coordenar um “grande projeto” traz, por suposto, perspectivas de produção de conhecimento sobre o mesmo, isso porque nesse tipo de atividade se tem a oportunidade de acesso a informações novas e até exclusivas sobre o referido projeto, o que aumenta muito o domínio sobre os processos que envolvem o mesmo. Esse movimento ajuda a elaboração de novos discursos que, por serem proferidos por alguém legitimamente reconhecido, já que o mesmo será elaborado por alguém que *coordena* um projeto, têm a possibilidade de serem consumidos.

As oportunidades de financiamento de novas pesquisas por órgãos de fomento internacionais ou nacionais ou por oportunidades de trabalho específico como, por exemplo, ocupar um cargo em órgão de pesquisa ou outros departamentos da própria universidade, também são fatores citados por nossos entrevistados.

Além disso, eu venho desenvolvendo outros temas em função às vezes de demanda até mesmo externas (...) Enfim uma série de coisas que foram acontecendo em torno de demandas que surgiram de pesquisas no campo seja por solicitação da Secretaria ou de outros órgãos, a gente fez pesquisa inclusive pro âmbito do Projeto Nordeste, e assim nós fomos caminhando. (Entrevista 09)

(...) naquela época em 95 mostrando como as coisas acontecem, nós recebemos uma visita da fundação Ford, do representante da fundação Ford, querendo que a gente organizasse uma linha sobre

gestão e sobre preparação de gestores, porque a Ford ia entrar nessa questão da gestão da educação escolar (Entrevista 11).

Como sabemos, a situação estrutural dos cursos e as condições de andamento das pesquisas não é algo fácil no nosso país, no NE o quadro é ainda pior. De forma que, a possibilidade de financiar uma pesquisa, que muitas vezes envolve bolsas para alunos e insumos para melhorar as condições estruturais dos ambientes de pesquisa, é rara e frequentemente rejeitada. Nesse caminho, nem sempre o pesquisador é movido apenas pelo interesse pessoal e acadêmico pela pesquisa em si, mas também pela possibilidade de receber insumos extras que contribuiriam para o bom desenvolvimento de pesquisas.

Observamos, também nos relatos, inclinação pessoal por história extra-acadêmica, como por exemplo, adesão a movimentos sociais que emergem a partir da convivência acadêmica com um professor mais experiente ou grupo de pesquisa. Um dos entrevistados mostra a influência que um pesquisador, vindo de outro país, teve sobre a escolha de um dos seus objetos de pesquisa, e o outro sobre a influência de um grupo de pesquisa.

por que veio aqui um professor visitante que veio dos EUA para trabalhar aqui na UXX e ele trouxe para cá a preocupação de trabalhar com financiamento da educação, e financiamento era algo que tinha a ver com educação, política e economia e especificamente educação escolar. (Entrevista 11).

(...) então eu trabalhei com essa linha de política da formação com a educação a distancia e depois, por influencia da própria base e até do professor Cabral foi meu orientador, eu fui entrando na questão da gestão, da gestão da educação de uma forma geral (...). (Entrevista 06)

Como se vê, há uma articulação de fatores cujo peso está na influência exercida por um pesquisador externo, pelo grupo de pesquisa ou pelo próprio orientador, que na linguagem de Bourdieu pode ser entendido como um par-concorrente dentro do campo científico, que já apontava a importância de estudar determinado tema. Aqui vemos reforçado a relação dialética entre conhecimento e interesse, na qual vale observar que

“o que é percebido como importante e interessante é o que tem chances de ser reconhecido como importante e interessante pelos outros; portanto, aquilo que tem a possibilidade de fazer aparecer aquele que o produz

como importante e interessante aos olhos dos outros” (BOURDIEU, 1994, p. 125).

Os movimentos sociais também aparecem como uma porta que abre o pesquisador a se interessar e pesquisar, constituindo-se numa vivência que comumente incentiva a aproximação com estudos e atuação social de natureza crítica. Aparentemente, esse movimento leva o pesquisador a se interessar pela área social o que inclui, quase sempre, entender e estudar a atuação do Estado em determinados setores.

(...)Eu creio que a minha formação política, desde a época tanto dos movimentos estudantis, movimentos sociais, quer dizer a gente tem, caminha-se para a idéia de ver especificamente a atuação do estado ou da sociedade civil ou desse eterno conflito entre estado e sociedade civil, sobretudo no que se refere a questão da educação (Entrevista 02).

Aqui temos mais um caso de construção social de um problema, pois sabemos que os movimentos sociais revestem-se e existem justamente a partir de e por problemas sociais “socialmente produzidos”, se nos é permitida a redundância. Daí o envolvimento dos nossos pesquisadores resultarem em interesses por pesquisas no campo da política é compreensível dada a natureza dos objetos que são focos da luta e dos estudos desses movimentos. Por outra parte, é certo dizer que tais movimentos são conhecidos por suas estratégias de se fazer reconhecer pela sociedade em geral, de fazer conhecido e respeitado o objeto pelo que se luta, a ‘causa’ pela qual se luta. Daí muitas vezes, essa própria ‘causa’ é posta em debate e se transforma também em objeto de pesquisa e estudos por parte da comunidade acadêmica.

A motivação profissional também incide sobre a escolha do objeto de estudo. O trecho abaixo é uma mostra dessa motivação. Para melhor entendimento, é importante destacar que o entrevistado em tela não tem formação inicial em educação, daí a necessidade de um estudo sobre a temática que o mesmo vai vincular aos estudos que já vinha desenvolvendo no campo da sociologia e da psicologia social, entrando no campo dos estudos sobre política educacional.

Agora, a questão do interesse é interessante (...)Quando eu passei no

concurso pra universidade, lá em Educação e me candidatei para sair para o doutorado, uma das condições estabelecidas era que eu **devia** estudar sobre educação. **Claro** que eu ia fazer isso, ou seja, teve uma **motivação institucional**. E em função da temática sobre política já está presente, de alguma forma, na minha, no meu trabalho anterior de dissertação, na iniciação científica, ia dar uma certa continuidade a estes estudos, tomando a educação como objeto de estudo. (Alfredo).

O investimento previsto neste interesse movido por circunstâncias profissionais está ancorado também na perspectiva de se inserir no jogo do campo da educação. Claro que a inserção legal já estava posta, na medida em que o sujeito em questão foi concursado para o cargo, mas há a busca de uma inserção legítima que se dará pelo reconhecimento da comunidade acadêmica que lhe cobra um título e lhe exige, diretamente, que a obtenção deste título se dê em determinada área. Uma outra experiência que vincula formação continuada com atuação profissional e busca de um objeto de estudo mostrou também que a entrada no campo da política educacional é motivada por interesses profissionais. Aqui, o nosso entrevistado fazia um curso de especialização em saúde e inicia sua carreira no magistério superior na área de administração da educação. Na tentativa de vincular as duas áreas ele começa a pesquisar a política de alimentação escolar que, a seu ver, daria a possibilidade de articulação.

Ainda foi possível observar que as circunstâncias sócio-históricas que marcam a realidade na qual a educação se insere vai demarcar também os interesses de pesquisa.

Há uma demanda espontânea porque educação infantil a gente precisa dar tanta resposta pra esse campo específico que eu acho que, por exemplo, os últimos acontecimentos a partir da Constituição de 1988 com a LDB de 1996 que estabelece pela primeira vez a educação infantil como dever do estado e a primeira etapa da educação básica que até então a educação infantil era ação da secretaria de ação social e ai ela passa a integrar o sistema municipal de ensino a partir da Constituição e da LDB, então há essa demanda espontânea de investigação desse objeto. (...) Então essas, digamos assim, são demandas espontâneas que elas surgem a partir desse determinado contexto que nós estamos vivendo atualmente (Entrevista 04)

Podemos ver na fala acima, a relação direta do tema de estudo com as questões da política

educacional no Brasil. A educação infantil, tema citado pelo entrevistado, na década de 90 do século passado ainda não era considerada uma etapa da Educação Básica no nosso sistema de ensino. Nesse sentido, podemos inferir que a falta de uma ação política por parte do Estado para determinado setor também se transforma em fator que deflagra um interesse de pesquisa. É inclusive nesse período, que os movimentos de educadores brasileiros estão mobilizados para a construção da atual LDB que vem a colocar a Educação Infantil como parte da Educação Básica. O que pode ser considerado um indício de que o discurso científico vai ter interferência na condução das políticas educacionais, provocando mudança social.

A “demanda espontânea” citada pelo entrevistado pode representar um esforço, mesmo que inconsciente, de fixação de um sentido discursivo que supõe algo que nasce espontaneamente na realidade social, quando sabemos que são os homens que a criam e recriam. O que importa destacar é que o processo de democratização da educação que se instalou aqui no Brasil incidiu sobre a formulação de políticas para Educação Infantil que, por sua vez, suscitaram estudos sobre as mesmas.

Interessante destacar que durante a permanência do pesquisador na área de estudos sobre política educacional, ele também vai mudando seu olhar sobre a pesquisa e sobre o que é pesquisado. Há busca por novos focos de estudo, devido ao esvaziamento de temas já amplamente trabalhados e/ou devido a um esgotamento do interesse pessoal do pesquisador por aquela temática.

A partir do início da década de 90 eu mudei, eu mudei grande parte, primeiro porque eu estava ficando assim meio cansado com os estudos sobre a política para educação e trabalho e em segundo lugar por que veio aqui um professor visitante que veio dos EUA para trabalhar aqui na UXX e ele trouxe para cá a preocupação de trabalhar com financiamento da educação, e financiamento era algo que tinha a ver com educação, política e economia e especificamente educação escolar. (...) E eu vi também que tinha uma lacuna, uma falta de pesquisas nessa área [financiamento da educação] e que eu poderia fazer algo. Também me pareceu que eu estava cansado das discussões teóricas bastante ideológicas na área da educação e trabalho. Eu estava cansado dessas discussões.

Financiamento não tinha muito essa discussão ideológica, era mais uma questão de busca, de abrir a caixa preta, não era tanto uma discussão ideológica, então eu gostei disso e eu poderia popularizar a essa busca de compreensão a partir de dados sem me preocupar com essas discussões ideológicas (Entrevista 11).

Bourdieu (2003) nos fala que certo campo social pode sofrer desvalorização e que isso pode ocorrer abruptamente ou de forma mais leve, mas é certo que os condicionantes históricos e sociais vão se impor sobre o mesmo, fazendo-o valorizar-se ou o contrário. Isso vai levar os pesquisadores a buscarem uma nova temática ou um novo foco de investigação ou uma nova abordagem teórico-metodológica. Observe-se que o discurso acima, ao buscar justificar mudanças de objetos de estudo, recorre a diferentes fatores como motivações pessoais (cansaço) ou influências externas (influência de um pesquisador mais experiente). Mas, observe-se ainda que o momento histórico vai sempre incidir sobre a escolha, o momento histórico é responsável, em grande parte, pela importância de um tema. A década de 90 do século passado foi um momento propício para as discussões sobre o financiamento da educação que nesse período também é foco de mudanças políticas que atingem todo o País, tornando-se um promissor campo discursivo.

Uma outra observação pode ser feita a partir do trecho de discurso acima. Falamos da consideração que o entrevistado traz sobre a questão do financiamento: para ele esse não é um campo ideológico, pois é necessário apenas 'abrir a caixa preta' para constituir uma análise sobre esse processo. É certo que tal afirmação já traz imbuída uma perspectiva teórico-metodológica de pesquisa, que como todas as outras, está pautada por uma vertente ideológica. Dizer que estudar o financiamento da educação é apenas uma operação de 'abrir a caixa preta' é simplificar o movimento do real colocando o foco na sua face quantitativa, é desconsiderar os tramites que envolvem a elaboração e a implementação de determinada ação do Estado. Como se vê, a escolha dos temas também abriga as opções teórico-metodológicas dos pesquisadores.

A perspectiva de trabalhar com uma temática nova, um tema pouco explorado, seduz o pesquisador que, conseqüentemente, tirará proveito dessa opção, já que estudos sobre novas temáticas ou com abordagens inovadoras são vistos com bons olhos pela comunidade

científica. Como diz Bourdieu (1994), nada é mais incômodo para um pesquisador do que descobrir uma pesquisa anterior à sua com resultados parecidos com os seus.

O agente (intelectual) que está no campo, que possui o *habitus* incorporado próprio daquele campo, consegue elaborar antecipações pré-perceptivas na escolha de novos objetos de estudo que lhe darão lucros e o manterão como agente do jogo. No caso dos nossos pesquisadores, isso também pode ser evidenciado como, por exemplo, nessa fala: “e eu animei com esta idéia de trabalhar com financiamento em grande parte porque naquela época porque tinha poucas pessoas trabalhando com financiamento. (Entrevista 11)”. Bourdieu nos explica que esse é um fato de um objeto ser novo e, conseqüentemente, ter poucas pessoas estudando sobre o mesmo consiste numa antecipação que entusiasma os pesquisadores.

A tendência dos pesquisadores a se concentrar em problemas considerados mais importantes se explica pelo fato de que uma contribuição ou descoberta concernente a essas questões traz um lucro simbólico mais importante. A intensa competição assim desencadeada tem todas as chances de determinar uma redução nas taxas médias de lucro material e/ou simbólico e, conseqüentemente, uma migração de pesquisadores em direção a novos objetos menos prestigiados, mas em torno dos quais a competição é menos forte.” (O campo científico - p. 114 – nova edição – 2003).

O fato de ter poucas pessoas trabalhando com determinado tema é um indicativo de que o esforço para avançar nesse novo empreendimento trará ‘lucro garantido’. Afinal, pesquisar e descobrir algo interessante e inovador é tido como um dos critérios de demarcação científica.

Como síntese provisória, podemos compilar as informações e dizer que o processo de produção e distribuição do discurso sobre política educacional se inicia com a escolha do objeto que, por sua vez, está marcado por fatores contingenciais e circunstanciais que vão incidir sobre essas escolhas. Na verdade dizer que a escolha é o início do processo não é inteiramente verdadeiro, a escolha está pautada em antecipações preceptivas que informam as possibilidades de que o investimento de construir um discurso sobre aquele objeto, de se envolver nesse tipo de prática social, venha a produzir lucro para quem nesse jogo se

aventura. Ou seja, no dizer de Bourdieu, é inútil distinguir entre as determinações propriamente científicas e as determinações propriamente sociais das práticas essencialmente *sobredeterminadas* (BOURDIEU, 1994).

Bourdieu nos explica que ao se fazer crítica sociológica sobre a produção do discurso, é necessário substituir as relações de comunicação (ou interação simbólica) pelas de força simbólica e, ao mesmo tempo, a questão do sentido do discurso pela questão do valor e do poder do discurso; a competência lingüística pelo capital simbólico inseparável da posição do locutor na estrutura social. Isso é o que vimos se desenhar nos discursos destacados: o interesse está ligado a essa possibilidade da produção do conhecimento representar o ganho de certo tipo de capital simbólico que, por seu turno, distinguirá uma posição de onde se fala na estrutura social do campo.

3. Limites e fragilidades: o que os interesses revelam sobre a produção do conhecimento na universidade

Alguns limites e fragilidades podem ser mapeados nessa relação entre conhecimento, interesse e o que é produzido na universidade e, especificamente, no campo empírico que pesquisamos. O primeiro deles repousa sobre os resultados das pesquisas encomendadas. Como pudemos observar na fala dos nossos pesquisados, eles freqüentemente são chamados para intervir, para opinar, para avaliar ou até coordenar determinados programas ou projetos e a partir daí vão se interessar por investigar os mesmos. Ou seja, há um chamamento da universidade para assessorar determinados programas, nesse caso, há um movimento em que os pesquisadores tendem a transformar esses programas em objetos de investigação.

Em princípio, esse movimento é relevante para a produção do conhecimento, inclusive porque os exemplos levantados sugerem a elaboração posterior de projetos de pesquisa independentes de um vínculo institucional com o projeto e programa foco de interesse. O problema se coloca quando o Estado ou outras instâncias reguladoras ou de financiamento convidam pesquisadores universitários a produzir análises sobre determinado programa em

ação ou sobre uma faceta da política educacional que demanda interesse institucional.

... em 2002 eu recebi uma demanda de pesquisa que me levou para uma linha um pouco diferente do que eu vinha percorrendo (...) A Secretaria nesse momento estava interessada em produzir um material, já que o ultimo material era da década de 70 sobre a historia da educação no sentido mais de uma cronologia da história, então eu aceitei, como bem fiz num prazo muito curto.(Entrevista 09).

Podemos até nos arriscar a dizer que esse movimento que envolve o desenvolvimento de pesquisas induzidas dentro da academia, é um movimento bastante comum dentro do campo da política educacional, inclusive porque acompanhar e avaliar a política em ação é um dos compromissos da academia. Mas o que queremos destacar é que esse movimento de indução do próprio aparelho do Estado/ou de instituições financiadoras pode cercear a capacidade crítica do pesquisador, já que se trata de algo por encomenda.

E pode trazer sérias implicações sobre a produção do conhecimento na universidade. Como produzir um conhecimento engajado a serviço do próprio Estado ou de uma determinada instituição financiadora? Há de se destacar a dificuldade de uma área cujo objeto está extremamente vinculado ao Estado, há uma simbiose entre a pesquisa sobre a política educacional e o próprio Estado e essa simbiose certamente vai se refletir na produção quando a mesma tem financiamento da própria instituição responsável pela implementação da política. Duas ordens de reflexões podem ser construídas sobre esse caso: uma, que coloca em análise o papel da universidade e outra que coloca em foco papel do pesquisador.

As contribuições advindas das pesquisas realizadas devem ocorrer devido ao aprofundamento dos temas e à utilização do olhar crítico e do potencial criativo do pesquisador que atuam como ferramenta de análise para os temas em questão, afinal, sem crítica e sem criatividade não há ciência. Nesse sentido, considerando o princípio da autonomia e da criticidade, é que colocamos em xeque os resultados de pesquisas encomendadas, dado que a ‘encomenda’ vem acompanhada de exigências político-ideológicas para elaboração do produto final, o que, por sua vez, vai interferir no necessário posicionamento crítico e criativo do pesquisador e na autonomia universitária.

A inserção de um pesquisador num processo de avaliação de um programa ou projeto educacional em ação quando se processa a partir de um convite da instituição financiadora do mesmo (seja o Estado, seja outra) gera uma análise de dados por encomenda. Na maioria das vezes, o processo busca que sejam identificadas os fatores que estão interferindo no sucesso, busca também indicar possíveis soluções para os problemas diagnosticados, mas há uma restrição para as análises, a pesquisa é 'presa' a determinado contexto. Como considerar os resultados como conhecimento científico? É obvio que nesse movimento, haverá sempre a chance de produção crítica sobre o programa em foco, mas também haverá textos elaborados sob encomenda específica do processo de monitoramento e avaliação. Nesse caso, o texto encomendado, logicamente, vai obedecer ou se pautar no que for solicitado/indicado nas exigências do contrato de trabalho.

Cabe aqui ressaltar o papel do intelectual/pesquisador no campo acadêmico universitário. Se consideramos que são eles o grupo autorizado a realizar as sínteses explicativas sobre o real, e, ademais, sendo o conhecimento científico reconhecido como uma forma de explicação hegemônica sobre a realidade, devido às configurações sociais e políticas que o cercam, é certo que os intelectuais se arvorem como grupo responsável pelo monopólio desse discurso legítimo sobre o real (o discurso científico). Esse discurso científico, então, fica prejudicado em sua essência crítica e criativa, na medida em que o contexto ideológico da 'encomenda' vai influenciar sobre o resultado da pesquisa.

É certo que o interesse é condição de funcionamento de um campo, na medida em que é o mesmo que estimula os agentes que estão no campo, por certo também que o interesse, no movimento constante do real, se constitui em produto de funcionamento de um campo, em um processo próprio de uma organização dialeticamente relacional. Bourdieu (1990) afirma que o interesse é uma instituição arbitrária, que sempre haverá diferentes interesses em jogo dentro de um campo, interesses que são variáveis segundo o tempo e o lugar, quase infinitamente.

É no seio desses jogos de interesses que também vão surgir estes que estão vinculados a processos ideológicos, nos informando que a relação produção do

conhecimento/interesse/campo científico é muito mais complexa do que as teorias tentam explicar e, nesse sentido, vão ser distribuídos e consumidos discursos marcados por esse processo que, em todo caso, possui legitimidade dentro do campo acadêmico.

Discutindo, ainda, o que identificamos como um fator limitador ou uma fragilidade no processo de construção do conhecimento dentro do campo acadêmico em análise, referimos o fato de que detectamos interesses específicos pelos objetos de estudo dos alunos.

Tem algumas temáticas que você se identifica mais. Eu gosto muito de trabalhar com a temática de formação mas também gosto da gestão, e o que me levou a trabalhar com a política de educação infantil que eu nunca tinha trabalhado, **foi o fato de ela [uma aluna] ter articulado com os órgãos internacionais que é uma discussão que a gente faz muito antiga.** (...) Então quando ela veio com esse projeto, eu achei que esse projeto era uma coisa relevante pelo menos pra mim. Essa foi uma das opções por esse objeto de estudo, não que eu realmente pretenda trabalhar com educação infantil, isso eu não pretendo não. (Entrevista 06)

De princípio, podemos ver esse como um movimento contrário à lógica própria desse campo: normalmente é o aluno que se espelha no professor/orientador, numa relação de 'dominante-dominado'. Aqui há uma apropriação, talvez inconsciente, do objeto de estudo de uma aluna. Na verdade, outros fatores podem estar pesando sobre esse processo, como, por exemplo, a falta de clareza do papel do orientador dentro de um programa de pós-graduação fruto da pouca experiência de um pesquisador (o pesquisador em foco estava vinculado ao PPGE há pouco tempo).

No entanto essa confusão de papéis é algo estranho e até indesejado dentro do campo científico, inclusive porque o pesquisador, na perspectiva de Bourdieu (2004) não tem tanto direito a confusão (idéias confusas, pesquisas pouco claras) quanto os iniciantes. A atuação acima indica uma distância do *modus operandi* próprio de um orientador, em que o ofício do orientador, é *dirigir* uma pesquisa, assim, o aluno vai, aos poucos, adquirindo e incorporando o *habitus* científico.

Esses limites e fragilidades por certo podem não se estabelecerem como regra geral em

todos os programas, ou em todas as linhas que têm como objeto de estudo a política educacional, mas vão impactando sobre os resultados das pesquisas e devem ser olhados a partir dos riscos que eles oferecem na constituição e na significação de um campo acadêmico que toma como objeto de estudo a política educacional.

Considerações Finais

Podemos dizer que o discurso acadêmico do campo da política educacional vai sendo marcado por esses e por outros interesses que, como diz Bourdieu, são variáveis no tempo e no lugar, quase ao infinito. O tempo atual brasileiro, que ainda guarda certa efervescência política no campo educacional, dado que esse âmbito social é reconhecidamente foco de grandes problemas, é recortado por programas e projetos, muitos deles passageiros e emergenciais, e outros que vão se consolidando. Esse tempo vai sempre marcar o surgimento de interesses diversos que vão mobilizar o campo em estudo e, ao mesmo tempo, vai condicionar o discurso e as práticas sociais que se formam com ele e a partir dele. Importa destacar que o lugar de onde falamos, os PPGes do NE do Brasil, carregam as marcas dessa região e essas marcas e significações também vão ser projetadas nos discursos e nas práticas sociais próprias desse contexto.

Mas, como foi apresentado, o interesse não surge gratuitamente, pura e simplesmente por conta de um novo programa ou programa ou projeto em ação. O que foi possível visualizar a partir dos discursos dos nossos pesquisadores é que o par dialético ‘conhecimento e interesse’ está marcado por circunstâncias e fatores que vinculam o pesquisador às possibilidades de produzir um discurso que possibilite um aumento do seu capital científico, e, por conseguinte, do seu capital social.

Considerando, conforme nos diz Bourdieu (2003), que o discurso é uma *relação de força simbólica*, baseada numa relação de autoridade-crença, vemos que a escolha dos objetos de estudo, aqueles sobre o qual vão se produzir os discursos, caminham na busca da concretização dessa relação ou do reconhecimento da autoridade de quem produz o discurso. A escolha do objeto é apenas um passo nessa relação que está marcada por

estratégias de conservação e legitimação ou de subversão do campo. Ademais, a escolha, o surgimento do interesse, dado processo que encerra, não deixa também de ser uma estratégia, utilizando a metáfora do jogo, poderíamos dizer que essa pode ser a fase de planejamento, aquele momento em que se estudam as possibilidades de perda ou ganho, aquele momento em que se avaliam os adversários, aquele momento em que, por fim, define-se que vale a pena entrar no jogo, aceitar as regras e viabilizar as conquistas que são possibilitadas pelo jogo.

Referências

AZEVEDO, Janete M. L. e AGUIAR, Márcia A. Características e Tendências dos Estudos sobre a Política Educacional no Brasil: um olhar a partir da ANPED. In: **Educação e Sociedade**. V.22, N 77, Campinas, dez, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. (7ª ed.) Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2004.

_____. A economia das trocas lingüísticas. In: ORTIZ, Renato (org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho D'água, 2003.

_____. O campo científico. **Sociologia**. (2º Ed.) Renato Ortiz (Org.). São Paulo: Ática, 1994.

_____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Ed. UnB, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 14 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

MULLER, Pierre e SUREL, Yves. **A Análise das Políticas Públicas**. Pelotas: Educat, 2002.